



GT 22. Cartografia Social, Megaempreendimentos, Conflitos Sociais e Povos e Comunidades Tradicionais

Coordenador(es):

Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEA - Universidade do Estado do Amazonas)

Patrícia Maria Portela Nunes (UEMA - Universidade Estadual do Maranhão)

O objetivo do G.T consiste em analisar a relação entre a implantação de megaprojetos de mineração, infraestrutura e logística e seus efeitos socioambientais a partir do mapeamento das estratégias globalizadas de desenvolvimento executadas na Amazônia e no Cerrado, com base na representação dos próprios povos e comunidades atingidos. Um elemento comum dos projetos que investem na mineração refere-se à concentração fundiária sob o domínio de grupos de interesse vinculados aos agronegócios e à extração mineral e de gás e petróleo. Os efeitos mais pertinentes concernem ao modo como o aquecimento do mercado de terras e a respectiva tendência ascensional dos atos de compra e venda, juntamente com o aumento da grilagem, tem inviabilizado a reprodução física e cultural destes povos e comunidades, desestruturando radicalmente a vida social e as modalidades de uso comum dos recursos básicos. Em termos jurídicos tem-se a usurpação das terras tradicionalmente ocupadas e por extensão das chamadas "terras comunitárias". Tal fato pode ser observado tanto na Amazônia, quanto no Cerrado e em outras regiões do País, com a destinação de grandes extensões de terras para a monocultura (soja, algodão, eucalipto, cana-de-açúcar), pecuária extensiva, extração mineral e obras de infraestrutura ou de escoamento da produção (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, oleodutos, gasodutos, hidrelétricas e parques eólicos).

Apaniekrá e Ramkokamekrá-Canela: Desenvolvimento e Conflitos Territoriais no Cerrado Maranhense

Autoria: Adalberto Luiz Rizzo de Oliveira (UFMA - Universidade Federal do Maranhão)

O centro-sul do Maranhão, território tradicional dos Apaniekrá e Ramkokamekrá-Canela (Jê-Timbira), foi ocupado a partir do final do Século XVIII, pela frente de expansão pastoril nordestina que se deslocava do rio Parnaíba ao Tocantins, e pela frente agrícola originada no litoral maranhense, que ocupou os vales dos rios Itapecuru, Mearim e outros. Esses agentes constituíram as comunidades sertanejas localizadas no entorno das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos. Nas décadas de 1960-70, essa região foi objeto de nova ocupação, por uma frente desenvolvimentista voltada à Amazônia. Abrindo grandes eixos rodoviários e ferroviários e implantando projetos de exploração mineral, agroindustrial e agropecuário, essa frente gerou transformações econômicas e socioambientais na região e impactos sobre os povos indígenas e segmentos regionais. A implantação do Projeto Ferro-Carajás (PFC) e do Programa Grande Carajás (PGC), estimulou a ocupação de antigas áreas de criação extensiva no centro-sul maranhense por produtores rurais do sul, sudeste e centro-oeste do Brasil, através da compra de "benfeitorias" e da "grilagem". O Governo brasileiro foi, então, pressionado por agências financiadoras do PFC e PGC, a implementar junto a grupos indígenas na região, programas para enfrentar os impactos desses empreendimentos. Através do "Convênio CVRD-FUNAI: Apoio às Comunidades Indígenas", foram investidos cerca de U\$ 13 milhões junto às "comunidades indígenas" atingidas por "impactos diretos" e "impactos indiretos" ao PFC PGC. Nesse momento, núcleos e fazendas sertanejas davam lugar a "projetos" de soja, cana-de-açúcar e outros agronegócios. Nas últimas décadas, esses empreendimentos atingiram o entorno das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, demarcadas aos Ramkokamekrá e Apaniekrá-Canela, gerando impactos socioambientais. Diante disto e do crescimento demográfico desses grupos, a FUNAI iniciou levantamentos para a revisão demarcatória das Terras Indígenas



Kanela e Porquinhos e implementou projetos de etnodesenvolvimento, para a criação de animais silvestres e plantio de espécies frutíferas, a fim aumentar a autonomia alimentar dos mesmos. Em contraposição, líderes políticos locais e regionais mobilizaram a população sertaneja no entorno das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, a fim de reverter a revisão demarcatória dessas terras indígenas, através de ações judiciais. Os Apaniekrá e os Ramkokamekrá-Canela têm elaborado diferentes respostas aos processos do desenvolvimento: seja pelo surgimento de movimentos sócio-religiosos, ou da organização associativa, com objetivo de gerenciar esses recursos. O work analisa os impactos do desenvolvimento regional e local sobre os Apaniekrá e Ramkokamkrá-Canela e às relações interétnicas na região, nas últimas décadas.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: